

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.619.613 - SP (2019/0340099-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : OTAVIO YUKIO IMAI**  
**ADVOGADOS : BRUNO JOSE CAPANEMA DOS REIS - SP325799**  
**RAPHAEL STORANI MANTOVANI - SP0278128**  
**AGRAVADO : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A**  
**ADVOGADO : MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - SP341695**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, impugnando acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - BUSCA E APREENSÃO - INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO QUE DEFERIU A LIMINAR PLEITEADA - MANUTENÇÃO - DOCUMENTOS TRAZIDOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE COMPROVAM A CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR - DOCUMENTOS QUE, EMBORA JUNTADOS TARDIAMENTE, NÃO ALTERAM A REALIDADE DOS FATOS NARRADOS NA INICIAL - REGULARIDADE DA INTIMAÇÃO POR EDITAL PROCEDIDA PELO TABELIÃO DE PROTESTOS - TENTATIVAS ANTERIORES DE REALIZAÇÃO DA INTIMAÇÃO POR MEIO DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL QUE RESTARAM INFRUTÍFERAS - PRESUNÇÃO, ADEMAIS, DA REGULARIDADE DO ATO PRATICADO PELO TABELIONATO.

Agravo de Instrumento improvido e Agravo Interno provido.

Nas razões do especial, o agravante alegou violação dos arts. 435, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 2º, § 2º, do Decreto-Lei 911/69, assim como divergência jurisprudencial. Sustentou que "o Recorrente reside no mesmo endereço constante do contrato objeto do presente, assim como o fato de jamais ter sido regularmente constituído em mora, além do fato de que a tutela de busca e apreensão foi cumprida exatamente no endereço constante no contrato" (fl. 158). Assim, apontou que, "em momento algum houve a comprovação do esgotamento dos meios de intimação do Recorrente, para que então houvesse a intimação deste, via edital, se traduzindo numa postura inaceitável praticada pelo tabelionato e pelo Recorrido, que buscou os meios

legais, para atingir finalidade ilícita" (fl. 158).

Presentes os pressupostos de admissibilidade e ultrapassado o limite do conhecimento do presente agravo, verifico que esse não merece provimento, senão vejamos.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Com efeito, o Tribunal de origem concluiu o seguinte no presente caso (fl. 131):

Muito embora tenha sido trazido o instrumento de protesto somente por ocasião do Agravo Interno, a verdade é que a realidade dos fatos narrados na inicial da ação de busca e apreensão, ou seja, a inadimplência do réu e a sua constituição em mora, não foi modificada com a vinda tardia do referido documento, de forma que não se verifica impedimento a sua juntada.

No tocante à validade da intimação do devedor por meio de edital procedida pelo Tabelião de Protesto, a verdade é que não se vislumbra qualquer irregularidade, até porque, conforme se vê dos documentos de fls. 24/26 dos autos principais, houve tentativas infrutíferas de notificação do réu por meio de carta com aviso de recebimento, sendo certo, ademais, que há presunção da regularidade do ato validado pelo Cartório.

Ocorre que a parte recorrente não atacou devidamente esses fundamentos no recurso especial, motivo pelo qual a argumentação exposta não possui elementos aptos a infirmar as razões lançadas no acórdão recorrido, aplicando-se, na espécie, por analogia, o óbice da Súmula 283 do STF no caso. Precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. O recurso especial que não traz insurgência específica capaz de combater fundamento do acórdão recorrido, suficiente para mantê-lo, não deve ser admitido. Incidência das Súmulas n. 283 e 284 do STF.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp

926.467/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 1º.12.2016, DJe 9.12.2016.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE CARTÕES TELEFÔNICOS COM CLÁUSULA DE EXCLUSIVIDADE. INCIDENTE DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. SÚMULA N. 83 DO STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 211 DO STJ E 282 DO STF. AUSÊNCIA DE JUÍZO DE VALOR. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF.

(...)

4. É deficiente a argumentação que não guarda correlação com o decidido nos autos, deixando de impugnar a fundamentação do julgado. Súmulas n. 283 e 284 do STF.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.391.525/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25.11.2014, DJe 12.12.2014.)

Quanto ao mais, verifico que afastar o entendimento do Tribunal estadual, no sentido de que houve a intimação regular por edital na hipótese dos autos, demandaria nova investigação acerca dos fatos e provas contidos no processo, de modo que o recurso especial esbarra na Súmula n. 7 do STJ.

Observe, por fim, que o dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973 e 255, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Para tanto, é necessária a demonstração da similitude de panorama de fato e da divergência na interpretação do direito entre os acórdãos confrontados, o que não foi feito no caso concreto.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve prévia fixação de honorários.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora